



Of.NUACO/PGE n.º 001915/2025 - 2022.01.023138.

Florianópolis, 20 de janeiro de 2025.

ASSUNTO PRINCIPAL: Improbidade Administrativa

PROCESSO: 0900005-95.2018.8.24.0042

PROCURADOR VINCULADO: Renato Domingues Brito

AUTOR: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

Senhor(a) Consultor(a),

Sirvo-me do presente para, considerando a homologação judicial ¹ do Acordo de Não Persecução Cível² (ANPC), firmado com Cláudio Baczinski (CPF n. 401.217.809-10) e Cleyton Marcelo Decker (CPF n. 036.990.519-94), perante o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, comunicar o teor do referido acordo, nos seguintes termos e condições pactuados entre as partes compromissárias:

DO OBJETO:

Cláusula Primeira: O presente Acordo de Não Persecução Cível tem por objeto o fato subsumido à hipótese típica prevista no artigo 11, caput, e inciso I, da Lei n. 8.429/1992, conforme narrado na peça inaugural da Ação Civil Pública pela prática de Ato de Improbidade Administrativa n. 0900005-95.2018.8.24.0042.

II. DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula Segunda: OS COMPROMISSÁRIOS obrigam-se:

(I) ao ressarcimento integral do dano, arbitrado em 2 (dois) salários mínimos atualmente vigentes (R\$ 2.424,00), para cada um dos réus, em até 10 prestações mensais;

(II) ao pagamento de multa civil;

(II.I) em relação ao Compromissário Cleyton Marcelo Decker, no valor de 1 (uma) vez o valor da remuneração percebida ao tempo dos fatos (R\$ 1.232,80), devidamente corrigido pelo IPCA desde o mês de novembro de 2016, ou seja, R\$ 1.671,60 (um mil, seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos), em até 5 prestações mensais;

(II.II) em relação ao Compromissário Cláudio Baczinski, no valor de 1 (uma) vez o valor da remuneração percebida ao tempo dos fatos (R\$ 7.415,50), devidamente corrigido pelo IPCA desde o mês de janeiro de 2017, ou seja, R\$ 9.987,58 (nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), em até 10 prestações mensais;

(II.III) o valor será revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boletos bancários a serem expedidos pelo COMPROMITENTE em sistema próprio e enviados aos COMPROMISSÁRIOS (ou aos advogados) por endereço eletrônico e será dividido;

(II.IV) o início da data de vencimento dos boletos bancários será no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da homologação do presente acordo pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Maravilha, quando então os COMPROMISSÁRIOS serão intimados para iniciar o cumprimento das obrigações;

(III) à proibição de contratar com o Estado de Santa Catarina, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio, mediante a realização de concurso público ou processo seletivo, por meio de licitação ou contratação direta ou mesmo em razão da nomeação para cargos de provimento ele comissão, pelo prazo de 3 (três) anos, na forma do artigo 12, inciso III, e § 4º,

¹ Decisão de homologação consta no Evento 106 do EPROC (anexo).

² Acordo de Não Persecução Cível consta às páginas 162-171 dos autos internos (anexo).



todos da Lei n. 8.429/1992, com as alterações da Lei n. 14.230, de 26 de outubro de 2021, a contar da homologação do presente acordo pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Maravilha. (grifou-se)

Dessa forma, orienta-se pelo cumprimento das obrigações nele pactuadas, em especial quanto ao disposto na cláusula II, item III, que determina a proibição de contratar com o Estado de Santa Catarina pelo período de 3 (três) anos, com vigência iniciada em 01 de fevereiro de 2023 e término previsto para 01 de fevereiro de 2026.

Em oportunidade, reitero protestos de alta consideração.

RENATO DOMINGUES BRITO
Procurador do Estado

Ilmo.(a) Senhor(a)
Consultor (a) Executivo (a)
Secretaria de Estado da Administração - SEA
NESTA